



SUDAMERICA

Revista Internacional de Direitos Humanos

CUIDAR, PRODUZIR, RESISTIR: NARRATIVAS DE MULHERES NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CARING, PRODUCING, RESISTING: WOMEN'S NARRATIVES IN AGRICULTURAL SCIENCES

Dossiê Gênero e Resistências: Potências Feministas Frente às Violações de Direitos Humanos

Artigo recebido em 18/08/2025 e aceito em 05/11/2025.

Viviane Proto Ferreira¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Bethânia Oliveira Silva²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Patrícia Bastos de Azevedo³

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

Analisamos como dez egressas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias do IF Goiano negociam sua permanência em um campo científico patriarcal. A investigação qualitativa ancora-se na história oral, no Paradigma Indiciário e na Análise Dialógica do Discurso, permitindo interpretar vestígios de desigualdades em falas e silêncios. A interseccionalidade entre gênero, classe e território orienta a leitura das trajetórias como construções marcadas por múltiplas hierarquias. A triangulação dados–teoria gerou categorias de violência simbólica e resistência. Os resultados indicam que maternidade, cuidado ampliado e precariedade financeira limitam a permanência, mas também impulsionam redes de apoio e estratégias de reorganização do tempo. Conclui-se que políticas institucionais sensíveis ao cuidado, como creches, bolsas adaptadas e visibilidade feminina, são essenciais à equidade na ciência.

Palavras-chave: Gênero e ciência; Maternidade; Violência simbólica; Resistência feminina; Políticas institucionais.

¹ Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e Mestra em Educação Agrícola pela UFRRJ. E-mail: viviane.proto@ifgoiano.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3737-6867>.

² Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela UFRRJ, Mestra em Educação pela UFG. E-mail: bethaniaoliveirasilva@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6253-002X>.

³ Professora Associada no Instituto de Educação da UFRRJ, Doutora em Educação pela UFRRJ. E-mail: patriciabazev@ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1006-0253>.



Abstract

We analyzed how ten alumnae from the Graduate Program in Agricultural Sciences at IF Goiano negotiate their permanence within a patriarchal scientific field. The qualitative investigation is grounded in oral history, the Indiciary Paradigm, and Dialogical Discourse Analysis, enabling the interpretation of traces of inequality in speech and silence. Intersectionality among gender, class, and territory guides the understanding of these trajectories as constructions marked by multiple hierarchies. Data–theory triangulation generated categories of symbolic violence and resistance. Results show that motherhood, extended care, and financial precariousness limit women’s permanence but also foster support networks and time-management strategies. We conclude that institutional policies sensitive to care, such as university childcare centers, adapted scholarships, and visibility initiatives, are essential for promoting equity in science.

Keywords: Gender and science; Motherhood; Symbolic violence; Female resistance; Institutional policies.

Introdução

A produção científica foi erigida sobre bases que legitimaram um sujeito universal, sendo ele, branco, ocidental e masculino, relegando as mulheres ao cuidado (Bourdieu, 2012; Saffioti, 2015). Essa lógica, ainda vigente, associa objetividade ao masculino e exclui emoções do campo científico (Schiebinger, 2001). No Brasil, a exclusão se acentua em áreas tradicionalmente masculinas, como as Ciências Agrárias, associadas à virilidade e ao domínio da terra.

A presença feminina desafia não apenas estatísticas, mas uma cultura que naturaliza o corpo masculino como portador do saber agrônomo. Como lembra Perrot (2006), o direito ao saber foi a mais antiga reivindicação feminina; contudo, o acesso à matrícula não desfez séculos de exclusão simbólica. Persistem barreiras como o “teto de vidro” e o efeito tesoura: embora cresça o número de mulheres na pós-graduação, o acesso a recursos, redes e tempo livre segue desigual.

Dados do movimento *Parent in Science* (Machado et al., 2019) reforçam esse quadro: entre 2.136 pesquisadoras (es), 78% das cientistas são mães, e sua produção bibliográfica cai cerca de 30% nos quatro anos após o parto. Nas Ciências Agrárias, apenas 3% das pesquisadoras estão nessa condição, revelando que as exigências de produtividade e disponibilidade, historicamente



masculinas, colidem com os tempos da maternidade e perpetuam desigualdades estruturais.

Este artigo analisa como dez egressas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde negociam suas trajetórias num espaço simultaneamente científico e patriarcal. Interseccionando gênero, classe e territorialidade (Collins; Bilge, 2021), buscamos responder: (a) quais barreiras simbólicas e estruturais marcam essas trajetórias? (b) de que modo essas mulheres, sobretudo mães e cuidadoras, resistem a um sistema que invisibiliza o cuidado? (c) que políticas poderiam transformar resistência individual em permanência equitativa?

O recorte temporal de 2013 a 2023 foi definido por seu valor simbólico: em 2013 ocorreu a primeira defesa de doutorado do programa. Essa década permite acompanhar seu processo de consolidação institucional e o crescimento da presença feminina, momento em que se tornam mais visíveis as tensões entre equidade, permanência e a ausência de políticas específicas voltadas às mulheres na pós-graduação.

O arcabouço teórico apoia-se em três eixos articulados: o patriarcado e a violência simbólica (Saffioti, 1987; Bourdieu, 2012), que evidenciam hierarquias de gênero naturalizadas; o viés androcêntrico do saber científico (Schiebinger, 2001; Perrot, 2006), que transforma a neutralidade em privilégio masculino; e o gênero como categoria relacional e organizadora do poder (Scott, 1995), essencial para compreender desigualdades de reconhecimento.

A essas bases soma-se a interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), que articula gênero, classe e território, mostrando como condições materiais e geográficas moldam trajetórias acadêmicas. O território é compreendido como marcador social que define possibilidades de permanência e reconhecimento no campo científico. Adotou-se uma perspectiva de diálogo contínuo entre teoria e empiria, em que os conceitos iluminam as narrativas e estas reescrevem a teoria, situando as vozes das egressas em contextos marcados por desigualdades históricas e territoriais.

Metodologia



O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFRRJ (parecer 7.097.452/CAAE:81772324.8.0000.0311), com consentimento livre e uso de pseudônimos para preservar o anonimato⁴. Do total de 124 egressas (2013–2023) do PPG em Ciências Agrárias do IF Goiano, 33 responderam a um questionário on-line e dez concederam entrevistas presenciais ou virtuais (maio–julho/2025). Nove residem em municípios do interior de Goiás e uma migrou do Sul do país, todas provenientes de famílias com recursos financeiros limitados.

Adotou-se uma abordagem qualitativa para compreender como as egressas constroem sentidos em seus contextos sociais (Matias-Pereira, 2012). Utilizou-se a história oral para registrar relatos que articulam fatos, tempos e experiências pessoais, evidenciando desigualdades e pertencimentos (Delgado, 2006). As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas.

O corpus foi analisado por meio da leitura indiciária (Ginzburg, 1989), que permitiu captar sentidos em breves falas e silêncios, e pela Análise Dialógica do Discurso (Bakhtin, 2003), que evidenciou como poder e gênero atravessam as narrativas. A triangulação entre questionário, entrevistas e teoria produziu categorias sobre violência simbólica, interseccionalidade e resistência. A articulação entre as abordagens favoreceu uma leitura densa das múltiplas vozes presentes nos relatos. O paradigma indiciário revelou marcas sutis de desigualdade e resistência, enquanto a interseccionalidade entre gênero, classe e território (Collins; Bilge, 2021) mostrou como origem, condições materiais e redes de apoio moldam de forma desigual as trajetórias acadêmicas, especialmente em contextos interioranos, onde fronteiras entre o doméstico e o científico se sobrepõem. Os dois seguintes quadros sintetizam os dados pessoais e acadêmico-profissionais das entrevistadas.

O Quadro 1 apresenta as variáveis relacionadas à vida pessoal, evidenciando idade, estado civil e número de filhos.

⁴ As narrativas das participantes serão apresentadas ao longo do texto na forma de citações diretas, acompanhadas do pseudônimo escolhido por cada uma delas e da data de coleta das falas, realizada em 2025. Essa opção visa preservar a autenticidade das vozes e situar temporalmente os relatos.



Quadro 1 – Dados pessoais das egressas entrevistadas

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos*
Liz	41	Casada	2
Laura	34	Casada	2
Mari	51	Casada	2
Aline	32	Solteira	0
Vera	43	Solteira	0
Helena	56	Divorciada	3
Maria	28	Solteira	0
Geovana	33	Casada	1
Ana	38	Casada	Optou por não ter filhos
Tarsila	41	União estável	Perda gestacional e de filha com 4 dias de vida

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados das entrevistas.

Em complemento, o quadro 2 organiza as informações acadêmicas e profissionais das entrevistadas, incluindo titulação, área de formação e atuação profissional.

Quadro 2 – Dados acadêmicos e profissionais das egressas entrevistadas

Nome	Egressa PPGCA de	Formação	Atuação Profissional
Liz	Doutorado	Ciências Biológicas	Professora da rede estadual de educação de Goiás
Laura	Mestrado	Ciências Biológicas	Professora no Instituto Federal Goiano
Mari	Doutorado	Ciências Biológicas	Professora na rede estadual e em universidade privada de Rio Verde-GO
Aline	Mestrado	Zootecnia	Doutoranda Embrapa Cerrados; professora em rede privada de Formosa-GO
Vera	Mestrado e Doutorado	Agronomia	Pós-doutoranda IF Goiano; pesquisadora na empresa Ceagre
Helena	Doutorado	Engenharia de Alimentos	Servidora técnico-administrativa e pós-doutoranda IF Goiano
Maria	Mestrado	Agronomia	Doutoranda IF Goiano
Geovana	Doutorado	Ciências Biológicas	Professora da rede estadual de educação de Goiás
Ana	Mestrado e Doutorado	Agronomia	Agrônoma em empresa multinacional



Tarsila	Mestrado e Doutorado	Ciências Biológicas e Pedagogia	Monitora pedagógica
---------	----------------------	---------------------------------	---------------------

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados das entrevistas.

Esse arranjo metodológico, oferece consistência para interpretar como essas mulheres constroem sentidos sobre ser cientista, mãe e moradora de um interior marcado por relações de gênero ainda fortemente patriarcais.

As egressas vivem majoritariamente em municípios do interior de Goiás, distantes do campus-sede em Rio Verde. Essa condição territorial afeta a rotina acadêmica e a permanência, sobretudo entre aquelas com responsabilidades de cuidado. A distância, a falta de transporte e a ausência de creches reforçam a dependência de redes familiares formadas, em geral, por mulheres — mães, avós e vizinhas que sustentam formas coletivas de apoio. O território, assim, não é mero cenário, mas marcador interseccional que entrelaça gênero e classe, definindo quem pode permanecer e ser reconhecida na ciência.

Maternidade e cuidado como fronteira da permanência acadêmica

As narrativas das dez egressas revelam que maternidade e cuidado ampliado configuram fronteiras decisivas para a permanência feminina na pós-graduação. Em um espaço ainda guiado por lógica masculina de produtividade contínua, o corpo e o tempo das mulheres tornam-se campo de disputa entre vida pessoal e exigências institucionais. No interior goiano, a distância dos centros urbanos, a ausência de creches e o transporte precário agravam desigualdades de gênero e classe. Como apontam Schiebinger (2001) e Perrot (2006), a ciência foi estruturada como território masculino, exigindo dedicação total e afastamento das responsabilidades afetivas. Dos dez relatos, três egressas optaram por não ter filhos, uma adia a maternidade no doutorado e Tarsila (2025) narra o aborto seguido da perda da filha recém-nascida. Entre as mães, todas adiaram a gestação até concluir a formação, vivenciando culpa e ansiedade diante das pressões institucionais.

Laura (2025) sintetiza esse dilema:



Eu porque assim, eu já tinha feito mestrado, já tinha feito doutorado. Quando eu tive filhos, foi um momento assim bem desafiador na minha vida. Então, se eu tivesse ainda que estar entregando algo em outro local, né, como é o mestrado e doutorado, que são momentos também desafiadores, será que eu ia ter dado conta. Eu fico com esse sentimento. Eu tenho os alunos de graduação, algumas são meninas. Esses dias a gente estava conversando, eu falei para elas: Se eu pudesse dar um conselho, era justamente isso, planejar ter filhos, porque filho é uma bênção. A gente sabe que é tudo de bom, mas ele exige algo da gente que talvez nos prive de outras coisas. Então você poder escolher esse momento, eu acho que é algo muito importante.

A pausa depois de “eu fico com esse sentimento” é indício da tensão entre tempos da ciência e da vida. Pelo viés dialógico, Laura intercala a voz do ideal meritocrático com a orientadora acolhedora, sendo este um gesto de resistência que reorganiza prioridades sem romper com a instituição.

Para mulheres que vivem longe dos centros universitários, essa conciliação é ainda mais difícil. A distância física e a ausência de políticas de apoio local tornam o planejamento da maternidade uma estratégia de sobrevivência diante de uma estrutura institucional que pouco considera as condições territoriais de suas estudantes.

Aline (2025) também cita a questão do adiamento da maternidade:

O filho é uma responsabilidade muito grande. E quando você tem essa opinião de você ter filhos, lógico que você tem que conversar com o seu parceiro para vocês definirem. A gente geralmente se envolve com pessoas que já tem mais a área de conhecimento, então a gente não tem muita essa limitação, mas ter filhos no mestrado e no doutorado é um pouco difícil. Eu às vezes eu acompanho a lida das minhas amigas e às vezes elas choram nessa questão de quando acaba a parte do atestado, de voltar para a academia e tem que deixar o filho sozinho ou às vezes tem que levar junto, porque eu já tive várias amigas que levaram os filhos e eu vejo essa dificuldade. Eu preferi não ter filhos na graduação, nem na pós também para poder focar nisso.

O verbo “deixar” repetido marca a dor da separação; indício de uma sobrecarga de afeto invisível aos indicadores de produtividade. Aqui, a interseccionalidade inclui laços de cuidado comunitário típicos de contextos interioranos com escassas políticas públicas. Nessas localidades, o cuidado é



frequentemente compartilhado entre mulheres da mesma família, o que revela como o território impõe formas próprias de organização do afeto e do trabalho reprodutivo, invisibilizadas pela lógica acadêmica tradicional.

Liz (2025) explicita como essa adaptação é deslocada para o plano individual:

É preciso de uma forma geral, ampliar as bolsas, dá mais acessibilidade para quem... até todo mundo ter condições de estudar, de pesquisar, de se manter. Então, tem que ampliar as bolsas e trabalhar muito a consciência da mulher se preparar para uma formação primeiro, depois, a maternidade, trabalhar bastante essa questão de consciência [...] se preparar primeiro. Eu gostei muito da forma que eu fiz, que eu passei no concurso primeiro e tive uma estabilidade financeira para depois tentar um mestrado, porque venho de família humilde também, sem muitos recursos financeiros, eu garanti o concurso, então agora eu posso pensar no mestrado. Eu dei esse conselho inclusive para uma colega de trabalho, eu falei foca no concurso, passa no concurso, depois você faz mestrado. Mas se tiver oportunidade de estudar, estude, então faz faculdade, da faculdade já vai para o mestrado, depois já vai para o doutorado.

A autocobrança, “trabalhar a consciência”, mostra a internalização da lógica produtivista. O detalhe de “família humilde” indica, por interseccionalidade, como origem social condiciona estratégias de postergação da maternidade. A voz institucional, que exige produtividade, dialoga com a voz popular que tenta garantir o concurso, confirmando o choque de tempos e valores.

Aline (2025) relata uma experiência que vai além da maternidade biológica:

Eu tenho um sobrinho que eu criei ele desde muito pequeno comigo. Então foi uma das maiores dificuldades minhas no mestrado foi deixar ele, porque eu ensinei tudo. Ele mora junto com meus pais, então são os avós dele que criam ele e eu, nós três criamos ele. Então a dificuldade maior foi deixar ele para trás para poder seguir a pesquisa. Eu sou muito protetora, apesar de não ter filhos, eu também trabalho com comunidade carente, então eu sempre trabalho muito com criança, então eu tenho sempre essa questão de proteção, de cuidado, mas quem tem família, que tem filhos, que tem que lidar com a pesquisa é um pouco mais complicado, principalmente às vezes a pesquisa não deixa você trabalhar por fora também.



O vínculo afetivo com o sobrinho evidencia como o cuidado ampliado, ausente das métricas de produtividade, pesa sobre trajetórias acadêmicas femininas, sobretudo onde as redes de apoio são frágeis. O detalhe de “deixar” o sobrinho destaca tensões emocionais na vida acadêmica feminina. Para mulheres de origem interiorana e rede de apoio restrita, essa sobrecarga afetiva, ausente das métricas de produtividade, torna-se fator decisivo na permanência científica. Assim, o cuidado ampliado atua como fronteira silenciosa da exclusão, mostrando que resistir é também reorganizar afetos para continuar produzindo. Aqui, a interseccionalidade inclui laços de cuidado comunitário típicos de contextos interioranos com escassas políticas públicas.

Maria (2025) revela como o cuidado doméstico impacta sua trajetória:

Eu acho que a gente como mulher acaba sendo mais sobrecarregada, principalmente quando a gente decide ter uma carreira. E como eu te expliquei agora, eu estou no processo de me casar, então eu estou morando com meu noivo. E por mais que eu não tenha filho, é diferente. Então, o peso de cuidar de uma casa acaba caindo mais sobre a gente que é mulher. Mas, ao mesmo tempo, é importante, não é algo que é da instituição, porque a instituição não faz distinção, mas é algo importante ter pessoas do seu lado que entendam o seu cenário, a uma rede de apoio.

Sua narrativa revela a naturalização da sobrecarga doméstica: enquanto a ciência exige disponibilidade contínua, as tarefas do lar fragmentam o tempo das pesquisadoras, transformando a permanência na academia em ato de resistência diária. No interior goiano, essas fronteiras se tornam mais rígidas: a distância entre casa, escola e laboratório exige deslocamentos longos e dependência de redes familiares, revelando o peso do território na desigualdade de oportunidades entre pesquisadoras.

Essas vivências mostram que o ingresso e a permanência de mulheres na pós-graduação em Ciências Agrárias ainda se submetem a estruturas patriarcais e à divisão sexual do trabalho. Maternidade, cuidado e tarefas domésticas atuam como barreiras simbólicas e práticas, impondo renúncias pessoais. Esse quadro reflete a “máquina do patriarcado” de Saffioti (2015), que naturaliza a subordinação feminina e a responsabiliza pelo cuidado.



Historicamente excludente, a ciência apagou as mulheres, os “vestígios desfeitos” lembrados por Perrot (2006, p. 21) persistem na violência simbólica de Bourdieu (2012), que deslegitima o feminino por normas invisíveis. Saffioti (1987) reforça que o patriarcado explora a mulher nos âmbitos doméstico e laboral, perpetuando culpa e submissão. As falas analisadas confirmam o viés androcêntrico da ciência (Citeli, 2000; Costa; Sardenberg, 2002): ao recomendar “se preparar primeiro”, Liz revela como a lógica produtivista transfere à mulher a responsabilidade individual por desigualdades estruturais, reiterando o que Scott (1995) define como gênero enquanto organizador das relações de poder.

Entre conciliar e resistir frente aos desafios estruturais da ciência

A permanência das mulheres na ciência é atravessada por conciliações forçadas e resistências silenciosas num cenário ainda moldado por estruturas masculinas. As narrativas das egressas demonstram que equilibrar produção científica, vida familiar e cuidados domésticos vai além da organização pessoal: revela um modelo acadêmico que ignora corpos, tempos e percursos femininos. Geovana (2025) expressa com franqueza o desgaste dessa equação:

Então, hoje eu fico pensando que eu não conseguiria por uma segunda vez. É, foi bem difícil porque eu precisava trabalhar muito no laboratório à noite, aos sábados e domingos. Minha filha ficava com meu esposo, às vezes eu sentia que eu não conseguia cumprir com as minhas obrigações da maternidade também. Ao mesmo tempo em que eu estava trabalhando, ficava me sentindo culpada. Acho que essa é a palavra mesmo, a culpa. Não foi fácil conseguir conciliar trabalho, pesquisa e maternidade. Eu sentia que em algum ponto eu estaria sendo falha.

Sua fala, marcada por hesitações: o sentimento de culpa são indícios de exaustão estrutural de quem tenta “dar conta de tudo”. Duas vozes dialogam: a da cientista produtiva e a da mãe ausente, sem mediação institucional. Essa ausência de mediação institucional torna-se ainda mais evidente em campi localizados fora das capitais, onde as mulheres conciliam horários de aula, longas viagens e responsabilidades domésticas, revelando o quanto o território



condiciona o tempo disponível para a produção científica. Helena (2025) amplia essa percepção ao nomear os múltiplos papéis atribuídos às mulheres:

Isso aí é uma coisa que acontece conosco como mulher, porque nós temos que exercer várias atividades. Nós somos a dona de casa, nós somos administradoras, nós somos a psicóloga da família, igual eu já tenho netos. Então, assim, o filho, por mais que ele tenha uma idade, ele é de maior, né, que fala de maior emancipado, jamais ele deixe de procurar a mãe. Nós temos essa... essa pressão, né, de ser mãe, ser tudo. Então, essa aí é uma demanda da mulher. Eu acho que nós sabemos levar bem isso aí.

“Dona de casa”, “administradora”, “psicóloga”: enumeração que confirma o tempo fragmentado descrito por Hirata e Kergoat (2007), onde jornadas produtiva e reprodutiva se sobrepõem, somando sobrecarga e desigualdades de reconhecimento. Nesse contexto, Laura (2025) identifica a maternidade como marcador de desigualdade no espaço científico:

Hoje em dia, uma mestranda ou doutoranda que tá grávida ou tem filhos, ela não coloca o desenvolvimento da pesquisa ou do doutorado ou do mestrado dela como primeiro lugar, porque na verdade nem precisa ser. Tem outras coisas que são mais importantes. E dentro da academia a gente acaba que durante essa fase de formação a gente quer que o aluno esteja ali 100%. Então saber equilibrar isso, principalmente para aquelas que já são mães durante a sua formação, eu acho que é algo bem pesado, sabe? Eu acho que há uma dificuldade muito grande, não por ser simplesmente mulher, mas sim por ser mãe. Você compreende?

A pergunta final “Você compreende?” não é apenas retórica; é uma pista que revela a necessidade de validação de uma dor coletiva que muitas vezes é deslegitimada. A experiência da maternidade não só sobrecarrega como desvia o olhar avaliativo da ciência, desvalorizando a dedicação de pesquisadoras-mães. Aline (2025) reforça a assimetria estrutural da divisão do cuidado:

Quando a gente chega em casa, a mulher, ela nunca descansa, ela tem que lavar roupa, tem que limpar a casa, fazer comida. O homem geralmente, porque ele já vai ter uma parceira, ele vai chegar e vai jogar a bolsa lá no sofá e vai ficar lá na frente da televisão descansando. Mas isso também vai muito de conversa entre os parceiros. É uma coisa assim que nós, eu



acho que a população não tem muito essa questão do diálogo entre parceiros. Então, se o homem e a mulher conversar para as demandas de casa ser dos dois, eu acho que não fica pesado para nenhum dos dois, mas geralmente o homem sempre saí nessa questão. Ele não tem muita demanda em casa, então seria mais esse peso para a mulher.

A percepção da sobrecarga não vem isolada, mas articulada à crítica das relações conjugais e à ausência de diálogo sobre divisão de tarefas. Aline constrói uma crítica dialógica, em que sua vivência particular ecoa experiências generalizadas, reforçando o que Scott (1995) conceitua como gênero enquanto organizador das relações de poder. Maria (2025) aponta o efeito simbólico dessa desigualdade na produção do conhecimento:

Um dos pontos é justamente conciliar essa vida pessoal com a vida profissional, porque nós como mulheres, a gente tem algumas cargas que muitos homens não têm, principalmente por questão de maternidade, de ser mãe, de ser esposa, de ter essas obrigações a mais bendigamos. E também por aqui não tanto, mas eu vejo isso em outras universidades, eu converso com colegas que estudam em outras instituições, de mesmo assim ainda existir um preconceito e uma descredibilização da mulher na ciência, de como se ela não tivesse a mesma capacidade de um homem, que o trabalho dela não fosse tão confiável quanto de um homem, principalmente em áreas que são historicamente masculinas.

Ao aproximar “maternidade” de “preconceito”, Maria expõe a desigualdade epistêmica apontada por Citeli (2000) e Gouvêa (2023), em que a legitimidade da produção feminina é constantemente questionada. Essa exclusão tem raízes históricas: Perrot (2006) revela o apagamento das contribuições das mulheres, enquanto Schiebinger (2001) denuncia o ideal científico moldado para excluir o feminino. Classe e território agravam essas barreiras, a maioria das entrevistadas, oriunda do interior goiano, depende de redes de apoio limitadas, o que transforma resistência individual em resposta a uma lógica androcêntrica hegemônica. Entre sobrecarga afetiva, descredibilização e exigência de produtividade, permanecer na ciência torna-se ato contínuo de resistência. As falas, contudo, não apenas denunciam lacunas: apontam caminhos e reafirmam a urgência de políticas que convertam o sacrifício individual em permanência legitimada e equitativa.



Estruturas de apoio e permanência feminina na ciência

A permanência de mulheres na pós-graduação depende de condições institucionais que reconheçam trajetórias atravessadas por maternidade, cuidado e sobrecarga doméstica. Quando esse suporte falha, a universidade desloca a conciliação para a esfera privada, convertendo a permanência acadêmica em exercício solitário de resistência. Essa solidão é ainda mais perceptível entre aquelas que vivem longe dos grandes centros, em cidades onde não há políticas locais de apoio, creches públicas próximas ou serviços institucionais que auxiliem no cuidado. O território, assim, não é apenas cenário das desigualdades, mas elemento que as reproduz e aprofunda. Laura (2025) traduz esse desafio ao afirmar:

Eu vejo mais essa questão de apoio quando tem filho mesmo. Se tivesse algo relacionado, por exemplo, eu estou falando isso pensando numa aluna que está aqui no laboratório, nasceu a criancinha e acaba que a gente mãe, principalmente quando está muito pequeno, a gente não tem segurança de deixar com os outros em qualquer lugar. Então, se aqui no IF existisse esse apoio, uma creche especializada, com certeza as mães aqui conseguiriam se dedicar às suas atividades mais intensamente, sabendo que os seus filhos estariam próximos.

O desejo por uma creche próxima, reforçado pela insegurança de “deixar com os outros”, revela um hiato entre direitos formais e a realidade vivida por pesquisadoras-mães. Esse detalhe funciona como indício das lacunas institucionais que limitam a participação plena das mulheres na pesquisa. A ausência de suporte não decorre de falta de competência, mas de estruturas que ignoram o cuidado como componente legítimo da vida acadêmica. Ana (2025) reforça o impacto coletivo dessa ausência:

O que falta hoje é apoio com as crianças. O que eu vejo assim, muitas instituições perdem grandes pesquisadoras por não ter uma creche. Eu acho que toda instituição pública ou privada, tipo as faculdades pagas, deveriam ter uma creche para essas mães estarem levando seus filhos. Aqui mesmo, dentro do Instituto Federal, eu acho que seria interessante ter esse programa de ter uma creche onde a criança fique até seus 5 anos, uma escolinha, poderia ter esse vínculo de vir para cá, de deixar a mãe poder amamentar, a criança está meio dodói, a



mãe ir para um laboratório fazer o que tem que fazer, dar um pulinho e ver como é que a criança está. Eu acho que isso seria de grande valia, bolsas específicas para mulheres.

Sua fala desloca o foco do problema do indivíduo para a estrutura institucional. A expressão “perdem grandes pesquisadoras” evidencia, por indício, o custo coletivo da omissão. A crítica converge com a “falha democrática do cuidado” descrita por Tronto (1993): sem reconhecer o cuidado, a academia compromete o próprio desenvolvimento científico.

A dimensão econômica aparece na fala de Geovana (2025): “Eu abri mão da bolsa para trabalhar, então foi difícil conciliar tudo. Só com a bolsa eu não conseguiria pagar minhas contas. ” A falta de sustento direto desnuda a fratura entre exigência de dedicação exclusiva e realidade financeira. Mari (2025) reforça esse ponto:

Entrei na rede estadual em 1998; isso me ajudou muito, porque eu saía de licença e continuava recebendo. Se fosse para viver só da bolsa, eu não conseguiria. Não viria de Piranhas para Rio Verde para passar fome. Ainda bem que tinha aquele salário e o apoio da família; meu pai me ajudou muito financeiramente.

Essas falas, articuladas, expõem a sobreposição entre gênero, território e classe social. Para mulheres do interior e com recursos limitados, a ausência de complementação salarial torna a permanência na ciência uma ameaça à própria subsistência. Os relatos funcionam como indícios das fragilidades estruturais de um sistema que exige dedicação, mas oferece pouco respaldo material.

Nesse contexto, destaca-se o Edital nº 002/2025 – Auxílio Creche, publicado pela Diretoria de Assuntos Estudantis da Reitoria do Instituto Federal Goiano. A iniciativa, que ofertou 25 vagas distribuídas entre os 12 *campi* da instituição, destina-se a discentes com filhos (as) de 0 a 6 anos matriculados (as) na rede pública ou em centros de educação infantil. Trata-se, até o momento, da única política institucional existente que pode ser compreendida como uma ação de apoio indireto às mulheres, ainda que não tenha sido elaborada com essa finalidade. O edital é voltado a todos (as) os (as) discentes, independentemente de gênero, o que revela a ausência de uma



política específica voltada à equidade de gênero e à maternidade. Embora incipiente e de alcance restrito diante do número expressivo de estudantes, o programa representa um passo inicial no reconhecimento institucional de que o cuidado interfere na permanência acadêmica e na trajetória formativa.

A dimensão financeira não pode ser dissociada da questão de gênero: a bolsa de pesquisa, por si só, raramente cobre despesas básicas, e menos ainda os custos indiretos da maternidade ou do cuidado ampliado. Nesse contexto, políticas como auxílio-creche, bolsas específicas, extensão de prazos e editais sensíveis à maternidade não são privilégios, mas mecanismos de equidade. Como defendem Hirata e Kergoat (2007), o tempo das mulheres é sempre dividido, e sem compensações institucionais, esse tempo fragmentado gera exclusão silenciosa. Vera (2025) sintetiza a importância do apoio:

Eu acho que a mulher sempre vai precisar dessa rede de apoio, no sentido daquelas que têm filhos, ter um local para deixar o filho no momento que está lidando com a pesquisa. Eu acho que mais falta isso, talvez. As instituições poderiam pensar em ter uma creche, um local conjunto, para a mãe deixar o filho, saber que o filho está sendo cuidado e está próximo também. Tem a questão das bolsas, que tem os valores, mas talvez para a mulher ter um auxílio para aquelas que têm filho, que tem uma demanda maior, que gasta mais, que a gente sabe que filho é uma despesa enorme. Eu acho que seria mais nesse sentido mesmo.

O advérbio “sempre” indica, como pista, que a desigualdade é permanente, não episódica. Além da infraestrutura, Vera invoca vínculos afetivos, aspecto que Rodrigues e Morais (2022) associam ao desempenho, à saúde mental e ao pertencimento acadêmico.

O que emerge dessas narrativas é a persistência de uma lógica acadêmica que naturaliza o sacrifício feminino. A ausência de creches universitárias, bolsas adaptadas e redes de acolhimento transforma talento em resistência solitária. As falas mostram que a permanência na ciência ainda depende de suporte informal, familiar e comunitário, escancarando o caráter estrutural da desigualdade de gênero.

Romper com essa lógica exige mais que esforço individual: requer transformação institucional e políticas públicas que enfrentem as desigualdades



históricas. Os relatos analisados indicam que a equidade na ciência só será possível quando o cuidado for reconhecido como responsabilidade coletiva.

Transformações estruturais e políticas voltadas para mulheres na ciência

As narrativas das egressas mostram que a resistência individual não é suficiente para enfrentar as desigualdades de gênero na ciência. São necessárias transformações estruturais e políticas específicas para romper com um modelo acadêmico ainda fundado em corpos masculinos, livres de encargos afetivos e disponíveis em tempo integral. Maria (2025) revela o impacto simbólico da representatividade em sua trajetória:

[...] eu lembro muito bem da minha graduação, que eu fui despertar para isso de ciência, quando eu comecei a ver mulheres ocupando lugares que eu queria estar. E eu comecei a acreditar que, olha, realmente, pessoa tal está numa posição assim. Pessoal tal é uma profissional de educação, professora de tal universidade, pessoa tal é uma pesquisadora que está sendo reconhecida. Então foi quando eu comecei a ver pessoas, mulheres, ocupando lugares que eu queria estar, que eu realmente reconheci que eu poderia estar lá.

O trecho “reconheci que eu poderia estar lá” é indício do poder simbólico da representatividade; no plano dialógico, duas vozes se cruzam: a jovem que duvida e a cientista que se vê possível. Esse deslocamento ecoa Scott (1995), para quem o gênero é dimensão política que redefine possibilidades coletivas.

A fala também evidencia o caráter interseccional da exclusão. Para mulheres oriundas do interior e com redes de apoio limitadas, como Maria e outras participantes, a ausência de referências femininas acentua o isolamento. Quando essas referências surgem, indicam que a ciência pode deixar de ser um território de resistência e tornar-se espaço de equidade e reconhecimento. Helena (2025) sintetiza a importância do suporte para que mulheres permaneçam na ciência:

A nossa estabilidade psicológica, física, essa parte nossa, se ela estiver bem, eu acho que a gente consegue. Tem mulheres que às vezes ela precisa de força para conquistar. Então tem mulher que às vezes pensa que ela não consegue. Ou às vezes ela sofreu um preconceito. Mas eu acho que hoje, aqui dentro do IF, nós não temos mais problema.



Sua fala, simultaneamente otimista e crítica, mostra que a permanência feminina depende menos do mérito individual e mais de condições institucionais de acolhimento. O trecho “tem mulher que às vezes pensa que ela não consegue” evidenciar marcas simbólicas deixadas por contextos excludentes. Como aponta Saffioti (2015), a dominação de gênero se naturaliza nas estruturas, exigindo mudanças que reconheçam o cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica e transformem a cultura institucional para além de ações pontuais.

Diante dessa realidade, algumas ações institucionais poderiam ser implementadas ou ampliadas para promover maior equidade. Entre elas, a criação de bolsas com prazos estendidos para mães e cuidadoras, auxílios financeiros complementares durante o período gestacional, convênios com creches e centros de educação infantil próximos aos campi, além de programas de mentoria e apoio psicológico voltados à conciliação entre maternidade, cuidado e vida acadêmica. Também seriam possíveis editais com pontuação adicional para projetos liderados por mulheres e campanhas institucionais de valorização e visibilidade de cientistas. Essas medidas, de viabilidade concreta e baixo custo, podem converter a resistência individual em política de permanência e consolidar uma cultura de acolhimento e reconhecimento dentro das instituições de ensino.

A fala de Helena evidencia a urgência de ações como mentorias femininas, redes institucionais de apoio e campanhas de visibilidade de cientistas mulheres. Tais medidas podem transformar a resistência solitária em permanência legitimada. Maria e Helena, oriundas de contextos distintos, mas atravessadas por gênero, classe e território, revelam que políticas específicas não são benefícios, e sim reparações históricas. Enquanto o cuidado permanecer invisível e tratado como responsabilidade privada, a permanência feminina exigirá sacrifício contínuo e o campo científico seguirá empobrecido pela exclusão de vozes plurais. As narrativas, porém, apontam caminhos: visibilidade, acolhimento e redistribuição do cuidado. Quando incorporadas às políticas institucionais, essas ações convertem resistência individual em direito



de permanecer, rompendo com o ciclo de desigualdades e promovendo uma ciência mais justa e democrática.

Considerações Finais

As análises mostram que a permanência feminina na ciência, especialmente nas Ciências Agrárias, ainda é atravessada por fronteiras simbólicas e materiais que combinam gênero, classe e território. As vozes das egressas revelam que maternidade, cuidado e sobrecarga emocional permanecem centrais nas desigualdades, agravadas pela ausência de políticas que reconheçam o cuidado como parte legítima da vida acadêmica.

O território surge como marcador interseccional: viver e estudar no interior amplia distâncias, dependência de redes familiares e limita o acesso a infraestrutura, tornando a conciliação entre pesquisa e vida doméstica mais difícil.

A criação do Edital nº 002/2025 – Auxílio-Creche representa um passo inicial, mas ainda insuficiente diante das desigualdades observadas. Transformar resistência em permanência legitimada requer políticas duradouras e sensíveis à maternidade, ao território e à classe social.

Reconhecer o cuidado como dimensão política e redistribuir responsabilidades é essencial para que o ato de resistir se converta em direito de permanecer, e para que o espaço acadêmico se torne, de fato, um lugar de equidade e reconhecimento.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CITELI, M. T. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, p. 39-75, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635362>. Acesso em: 6 ago. 2025.



COLLINS, P. G.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Ana A. A.; SARDENBERG, Cecília M. B. Introdução. In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/885> . Acesso em: 14 maio. 2025.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOUVÊA, T. G. **As mulheres nas Ciências Agrárias**: desafios face ao regime de gênero e à divisão sexual do trabalho. 2023. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 03 mai. 2025.

MACHADO, L. S.; *et al.* Parent in science: The impact of parenthood on the scientific career in Brazil. *In: International Workshop on Gender Equality in Software Engineering*, 2, 2019, EUA. **Anais [...]**.EUA: IEE, 2019. p. 37-40. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8819567>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. rev. São Paulo, Atlas, 2012.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, J. S.; MORAIS, N. A. Interação família-trabalho de docentes do ensino superior: uma revisão de literatura. **Pensando Famílias**, v. 26, n. 1, p. 230-244, 2022. Disponível em: <https://pensandofamilias.domusterapia.com.br/index.php/files/article/view/19>. Acesso em: 03 mai. 2025.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.



SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TRONTO, J. C. **Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care**. New York: Routledge, 1993.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.